

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE E FINANÇAS
ANÁLISE INFERENCIAL DO RESULTADO OPERACIONAL EM INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA PÚBLICA**

PRISCILA TYRKA

**CURITIBA
2012**

PRISCILA TYRKA

**ANÁLISE INFERENCIAL DO RESULTADO OPERACIONAL EM INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade da
Universidade Federal do Paraná para
conclusão do curso de pós-graduação em
Contabilidade e Finanças.

Orientador: Profº Dr. Romualdo Douglas
Colauto

**CURITIBA
2012**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): PRISCILA TYRKA

TÍTULO DO TRABALHO: ANÁLISE INFERENCIAL DO RESULTADO OPERACIONAL EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

Trabalho bem escrito
com boa análise dos resultados.

NOTA: 10 (dez)

ASSINATURA:

Prof. Romualdo Douglas Colauto
Departamento de Contabilidade
Mat. 202087 - 15162532

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 9 (nove)

ASSINATURA:

CONCEITO FINAL: ()

COORDENADOR DO CURSO: MOISÉS PRATES SILVEIRA

ASSINATURA:

DATA: / /

RESUMO

TYRKA, Priscila. *Análise Inferencial do Resultado Operacional em Instituição Financeira Pública*. 2012. 45 f. Monografia (Especialização). Departamento de Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

O resultado operacional de uma instituição financeira pode sofrer influências tanto de fatores internos como externos a organização. O mercado financeiro esta fazendo com que o desempenho operacional destas entidades passe informações cada vez mais confiáveis sobre o equilíbrio financeiro das mesmas, para que os próprios gestores e até mesmo os investidores tenham resultados mais efetivos sobre a empresa. Foi utilizada a contabilidade de custos devido ao seu auxílio no controle e na ajuda às tomadas de decisões. Para tanto, foram coletados os dados de custos e receitas do próprio sistema corporativo da instituição financeira pública estudada. O comportamento operacional da entidade analisada demonstrou uma tendência negativa em seus resultados apesar do aumento de suas receitas, o que torna ainda mais necessário o acompanhamento minucioso das influências dos custos e receitas da empresa para averiguar as causas e consequências de seus resultados.

Palavras Chave: Resultado Operacional, Desempenho, Instituição Financeira, Custos e Receitas.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Demonstrações dos custos da unidade.....	27
TABELA 2: Demonstrações das receitas da unidade.....	30
TABELA 3: Demonstrativo do resultado do exercício.....	36
TABELA 4: Indicadores de rentabilidade, lucratividade e desempenho.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Comparativo da evolução dos custos no período.....	29
GRÁFICO 2: Comparativo da evolução das receitas no período.....	32
GRÁFICO 3: Evolução das receitas versus custos de oportunidade.....	33
GRÁFICO 4: Relação custo versus receita do ano de 2009.....	33
GRÁFICO 5: Relação custo versus receita do ano de 2010.....	34
GRÁFICO 6: Relação custo versus receita do ano de 2011.....	34
GRÁFICO 7: Demonstrativo da margem de contribuição dos produtos.....	37
GRÁFICO 8: Margem de contribuição em 2009.....	38
GRÁFICO 9: Margem de contribuição em 2010.....	38
GRÁFICO 10: Margem de contribuição em 2011.....	38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Esquematização de receita versus custo de oportunidade através da central de recusos.....	29
---	----

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE FIGURAS	6
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO	11
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 COMPOSIÇÃO DE RECEITAS OPERACIONAIS EM INTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13
2.2 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS EM INTITUIÇÕES FINANCEIRAS	14
2.3 PREÇO DE TRANSFERÊNCIA E REMUNERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (CAIXA CENTRAL)	15
2.4 INDICADORES DE RENTABILIDADE, LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO APLICÁVEIS AO SETOR FINANCEIRO	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	24
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	26
4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	26
4.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	35
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
5.1 CONCLUSÕES	41
5.2 RECOMENDAÇÕES.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma visão geral acerca do desenvolvimento do resultado operacional de uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011. No decorrer do trabalho serão analisadas as composições das receitas operacionais, das despesas operacionais e dos indicadores de rentabilidade, lucratividade e indicadores de desempenho aplicáveis ao setor financeiro. Inicialmente, apresenta-se o problema de pesquisa, após, os objetivos do estudo, as justificativas e como o trabalho está estruturado.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A importância das Instituições Financeiras como agentes de circulação de riquezas nas modernas economias do mercado atual é realmente indiscutível. As operações disponibilizadas para viabilizar o financiamento de projetos empresariais, ou mesmo, o crédito comercial pessoal tornaram-se parte do planejamento dos tomadores de crédito para alcançar seus objetivos.

Tanto nas economias desenvolvidas como nas emergentes inteiradas com os mercados financeiros do chamado “primeiro mundo”, a fundamentação e a prática da contabilidade não são mais mero suporte a informações de cunho tributário, mas sim, passaram para uma base de fornecimento de informações para a tomada de decisão pela gerência e investidores.

Essa necessidade de competir nos mercados financeiros mundiais com base em informações confiáveis sobre o desempenho operacional, a saúde patrimonial e o equilíbrio financeiro são utilizados para que os investidores e credores analisem as decisões de investimentos.

“As instituições financeiras, sendo agentes capitalistas, tomam suas decisões com base nas expectativas futuras, e posteriormente, na preferência por rentabilidade e liquidez. Em um cenário de incertezas ou recessão, a preferência será de uma carteira de ativos mais líquidos e menos rentáveis, minimizando os riscos, mas também limitando grandes oportunidades de rentabilidade. Já quando as

expectativas em relação ao futuro são otimistas, é a rentabilidade que é privilegiada ao invés da liquidez, elevando-se os prazos, diminuindo a margem de segurança.” (PAULA, 1999, p. 62).

Contudo, o comportamento da firma bancária está relacionado a própria fragilidade financeira referente ao seu campo de atuação, devido a necessidade constante de seu ativo, a administração do passivo passa a ser uma tarefa importante a ser exercida, buscando aumentar a lucratividade. Segundo Martins (2000, p. 35),

[...] a contabilidade de custos possui duas funções relevantes: no auxílio ao controle e na ajuda às tomadas de decisões. Com o significativo aumento da competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam industriais, comerciais ou de serviços, os custos tornaram-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa. Isso ocorre, pois, devido ao mercado, as empresas não podem mais definir seus preços de acordo com os custos incorridos, e sim com base nos preços praticados na área que atuam.

No entanto, a administração bancária tem se defrontado com uma complexidade crescente no processo de tomada de decisões, levando algumas instituições financeiras a enormes preocupações, enquanto outras vislumbram horizontes com significativas perspectivas de ganhos, mas com riscos altos, onde a boa técnica gerencial pode ser o diferencial.

Assim, a pesquisa pretende-se responder a seguinte questão-problema: **Qual o desenvolvimento do resultado operacional de uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho consiste em apresentar uma análise inferencial sobre o desenvolvimento do resultado operacional de uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar as receitas operacionais de uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011;
- Levantar os custos e despesas operacionais de uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011;
- Demonstrar o comportamento do resultado operacional de acordo com a classificação funcional das receitas, despesas e custos ao longo da série histórica; e
- Apresentar uma análise inferencial sobre o comportamento do resultado operacional por período em uma instituição financeira pública no período de 2009 a 2011, utilizando-se indicadores de rentabilidade e lucratividade. Serão utilizados os resultados anuais ao longo do período escolhido.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os conhecimentos operacionais de um sistema de mensuração de custos e resultados em uma instituição financeira podem propiciar aos gestores condições para o acompanhamento e controle dos resultados dos negócios além de subsidiar o processo de planejamento do mesmo. Leva aos gestores das unidades a otimização dos resultados e assegura que os sistemas de apoio à decisão gerem informações adequadas aos usuários.

A análise do comportamento operacional de uma empresa resulta em conhecimentos que ajudam os gestores na melhoria do resultado, verificando os pontos fortes e fracos dos resultados econômicos.

Esta monografia examina o funcionamento de uma instituição financeira pública, analisando seu comportamento operacional e sua eficiência econômica. O objetivo é avaliar o resultado operacional da instituição, com base em um modelo de mensuração de resultados econômico-financeiros adotado pela própria instituição financeira pública.

O período analisado envolve determinados acontecimentos e decisões tanto por parte da instituição financeira como por parte do governo brasileiro que

influenciaram o mercado de crédito, resultando na busca de operações com menor risco e maior liquidez em alguns períodos, quanto épocas de alongamento de prazos e redução de juros para estimular a contratação de créditos no país.

No cenário competitivo atual a era é a dos serviços – a transição de uma economia baseada em fabricação para uma economia baseada em serviços (ALBRECHT, 2000, p. 49). Tudo isso se justifica pelo aumento da qualidade de vida da população, pela crescente urbanização ou até pela introdução de novas tecnologias. Por isso hoje mais e mais pessoas vem trabalhando no setor de serviços.

Devido à importância deste setor na economia, observa-se a necessidade de maiores conhecimentos na área de custos nas empresas prestadoras de serviços, nas quais estão inclusas as instituições financeiras. Apesar do conceito de custos ser similar tanto para a manufatura quanto para a instituição bancária, sua aplicação difere em alguns ângulos, por exemplo, o custo da operação bancária diverge do processo de produção de uma indústria. O da manufatura tende a diminuir à medida que a produção aumenta, o que não quer dizer que o custo das vendas do banco, como dos fundos, está relacionado com a quantidade de empréstimos que ele fornece.

Esta análise constitui-se numa ferramenta importante no planejamento e na tomada de decisões, à medida que enfatiza os inter-relacionamentos entre custos, quantidades vendidas e despesas, agrupando desta forma toda informação financeira da empresa.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

A monografia está dividida em quatro capítulos. No primeiro apresenta-se a introdução do estudo, a qual abrange breve contextualização, o problema de pesquisa, o objetivo geral e objetivos específicos, e por fim, a justificativa e organização do conteúdo.

O segundo capítulo aborda o referencial teórico dividido em três seções. Inicialmente apresenta-se a composição das receitas operacionais em instituições financeiras, em seguida a composição das despesas operacionais, e por último, os

indicadores de rentabilidade, lucratividade e desempenho aplicáveis ao setor de intermediações financeiras.

O terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos a serem adotados para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, este capítulo esclarece como se desenvolveu a coleta de dados para as demonstrações dos índices financeiros.

No quarto capítulo descrevem-se e analisam-se os resultados do estudo. Primeiramente exploram-se os componentes de custos e receitas dentro de uma instituição financeira, e na sequência, a análise dos resultados obtidos através do cálculo dos indicadores financeiros da empresa selecionada.

O quinto capítulo contém as conclusões do estudo e recomendações para futuras pesquisas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em três seções. A primeira e a segunda seção tratam das composições das receitas operacionais e despesas operacionais, respectivamente, nas instituições financeiras, ambas descrevendo como são definidas, mensuradas e reconhecidas neste ramo de atividade. Por último descrevem-se os indicadores de rentabilidade e lucratividade aplicáveis ao setor financeiro.

2.1 COMPOSIÇÃO DE RECEITAS OPERACIONAIS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As receitas representam, segundo Santos (2007, p. 127-129), entradas de fluxos de caixa atuais ou esperados resultantes das operações centrais da entidade. São geralmente reconhecidas no momento em que culmina o processo de ganho. As receitas representam na instituição financeira, os ganhos decorrentes da intermediação financeira e da prestação de serviços. Em relação aos produtos podem ser divididas em receitas diretas, identificadas de forma inequívoca, com um produto, e em receitas indiretas, não associadas com produtos.

Nas unidades bancárias as receitas são distribuídas em: (1) Receitas de crédito comercial; (2) Receitas de crédito imobiliário; (3) Rendas de prestações de serviços (fundos, loterias, bancários, e transferência de benefícios); (4) Outras receitas diretas; (5) Receitas indiretas; (6) Receitas de oportunidade; (7) Rendas de prestação de serviços – ISS; (8) Rendas de administração de fundos de investimentos – ISS; (9) Tarifas bancárias – PF/PJ; (10) Receita direta especial.

Alguns exemplos de receitas: Receita direta – tarifa de manutenção de crédito rotativo (limite do cheque especial da conta corrente); Receita indireta – recuperação de despesas com fotocópias.

2.2 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS EM INTITUIÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com Santos (2007, p. 134), despesas são saídas ou outros gastos de ativos ou obrigações incorridas, ou a combinação de ambas, originadas da entrega dos produtos produzidos, da prestação de serviços ou da execução de outras atividades que resultam das atividades principais ou das operações centrais da empresa.

As despesas são classificadas como bens ou serviços consumidos para geração de receitas. As despesas administrativas são relacionadas à estrutura das unidades e contemplam gastos como recursos humanos, tecnologia e infraestrutura. Quando estas são relacionadas aos produtos, são denominadas custos (CAIXA, 2010, p.3). Logo, têm-se algumas definições utilizadas no órgão público (CAIXA, 2010, p. 3):

[...] custos representam os gastos incorridos na elaboração, manutenção e comercialização dos produtos. Podem ser classificados quanto à identificação ao produto: Custos Diretos – Custos gerados no processo operacional e podem ser relacionados diretamente ao produto ou serviço; Custos Indiretos – Não podem ser associados diretamente a um produto. Podem ser classificados quanto ao comportamento em relação ao volume de atividades: Custos Fixos – Incorridos em medida não proporcional ao volume das atividades desenvolvidas; Custos Variáveis – Cujo valor varia proporcionalmente ao volume de ocorrências ou atividades desenvolvidas. Também podem ser classificados quanto à função: Custos da Intermediação Financeira – Relacionados de forma direta às atividades de captação e aplicação de recursos; Custos da Prestação de Serviço – Relacionados de forma direta à prestação de serviços.

Todavia, as despesas operacionais da instituição financeira são compostas da seguinte forma: (1) Reversão p/ provisão risco; (2) Custo financeiro de depósito; (3) Custo financeiro de operação de mercado aberto; (4) Outros custos diretos; (5) Custos administrativos (pessoal, proventos, benefícios, encargos); (6) Provisão para risco de crédito e operacional; (7) Custo serviço terceirizado; (8) Custo de oportunidade; (9) Custo canal de comercialização; (10) Depreciação s/ amortização; (11) Prejuízo/desconto operações de créditos; (12) Outros custos indiretos; (13) Tributos; (14) Outros custos do produto e unidade.

Alguns exemplos dos custos: Custo direto – juros e correção monetária pagos ao poupador (conta poupança); Custo Indireto – custo de pessoal.

2.3 PREÇO DE TRANSFERÊNCIA E REMUNERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS (CAIXA CENTRAL)

É o valor cobrado pelo fornecimento de bens ou serviços entre unidades da mesma instituição financeira. Este preço corresponde ao valor pelo qual determinado produto ou serviço é transferido entre as suas diversas áreas, ou seja, corresponde à operação de “compra” ou “venda” interna, sendo de grande valia para o reconhecimento das receitas geradas pelas diversas atividades.

Estes valores podem ser pagos ou recebidos do Caixa Central da Instituição, pela prestação de serviços financeiros, e dos centros de custos e de resultados, pela prestação de serviços operacionais ou administrativos. Influencia o resultado individual das unidades e produtos, porém, não exerce efeito sobre o resultado consolidado.

O conhecimento do preço de transferência auxilia o gestor na tomada de decisão, visto que passará a conhecer o preço dos serviços e produtos que ele está consumindo de outras atividades. Assim, os custos considerados como não controláveis pela atividade consumidora passam a ser controláveis, a partir do estabelecimento de preços de transferência para os produtos e serviços fornecidos pelas atividades.

A metodologia de um sistema de custos, receitas e resultados de uma instituição financeira envolve uma Central de Recursos, a qual é definida como o preço dos recursos financeiros comprados ou vendidos internamente por uma unidade central, ou caixa central. Este caixa simula o acesso direto da agência ao mercado financeiro e baseia-se em análise de cenários econômicos balizando-se por taxa de juros de mercado, que representa o custo de oportunidade do recurso.

Segundo definições da cartilha interna da instituição (CAIXA-Cartilha de Sistemas de Custos, Receitas e Resultados, 2010, p. 8):

[...] denomina-se central de recursos ou caixa central a unidade para onde todos os recursos captados ou aplicados pelas agências são direcionados, mas de maneira virtual. A captura destes valores é realizada por sistemas informatizados que buscam nas escriturações contábeis das agências todos os dados necessários para a compra dos recursos captados e outra para a venda dos recursos a serem aplicados, definindo assim, por quais preços os recursos serão comprados ou vendidos internamente.

Esta prática (preço de transferência) tem a vantagem de isolar, na central de recursos, os ganhos e as perdas financeiras pelas escolhas que a instituição venha a fazer quanto a sua forma de financiamento.

Neste sentido as agencias não responderão pelos riscos decorrentes de descasamentos de taxas de juros e prazos, mas apenas pelo resultado dos eventos que realizar.

A remuneração da unidade passa a ser feita por meio da utilização de um preço interno para os recursos, ou seja, da adoção de um preço de transferência. Esse preço influencia tanto o resultado da agencia que capta (fornece) quanto da agencia que aplica (recebe) os recursos.

Cabe ressaltar, que a política de gestão dos recursos (fluxo de caixa) que transitam pela central, é de sua exclusiva competência, não cabendo as agencias nenhum tipo de interferência no processo.

Assim, a central de recursos simula o acesso direto de uma agencia bancária ao mercado financeiro, estabelecendo um custo de oportunidade para quem comprar e uma receita de oportunidade para quem vender o recurso captado no mercado.

O preço de transferência desses recursos considera as seguintes variáveis quanto a sua apuração: Taxa de juros de mercado (TR, CDI, TJLP etc.) que representa o custo de oportunidade do recurso; Ponderação de prazos, indexadores, compulsórios e exigibilidades; Análise do cenário de indicadores econômicos e financeiros.

Quanto à definição do custo de oportunidade e do custo de risco de crédito, segundo normas internas da instituição (CAIXA, 2010, p. 3):

[...] custo de oportunidade é um conceito econômico que representa o valor da melhor alternativa desprezada em favor da alternativa escolhida. É um dos parâmetros para o estabelecimento de preços, tanto para a transferência de recursos financeiros como de serviços internos. Custo de risco de crédito são custos da intermediação financeira e equivalem à expectativa de perda dos recursos aplicados em função das inadimplências.

O Custo de Oportunidade tem como função básica servir de base para se estabelecer o preço de transferência interno de produtos e serviços. Ele expressa monetariamente o benefício que se obteria caso se aplicassem os recursos na

melhor alternativa desprezada em condições equivalentes, ou seja, corresponde ao valor de um determinado recurso em seu melhor uso alternativo.

O caixa central ao transferir recursos a uma agência para que esta realize uma operação de empréstimo, por exemplo, estabelecerá um preço de transferência baseado na oportunidade que ela obteria caso aplicasse esses recursos no mercado financeiro, onde receberia no mínimo remuneração equivalente as taxas básicas de juros vigentes naquele momento.

O estabelecimento do custo de oportunidade no balizamento do preço de transferência possibilita a adoção de preços justos para produtos e serviços transferidos internamente, não permitindo que a ineficiência de uma área seja repassada para outra.

Pode-se afirmar que o custo de oportunidade tem duas funções básicas: representar a remuneração do capital investido pelos proprietários da empresa, e servir de base para se estabelecer o preço de transferência interno de produtos e serviços.

Conforme demonstrado no esquema abaixo a agência capta recursos no mercado (1) pagando ao aplicador um custo financeiro (juros e atualização monetária). Em contrapartida, transfere-os (empresta-os) ao caixa central (2), fazendo jus, portanto, a uma remuneração, a receita de oportunidade.

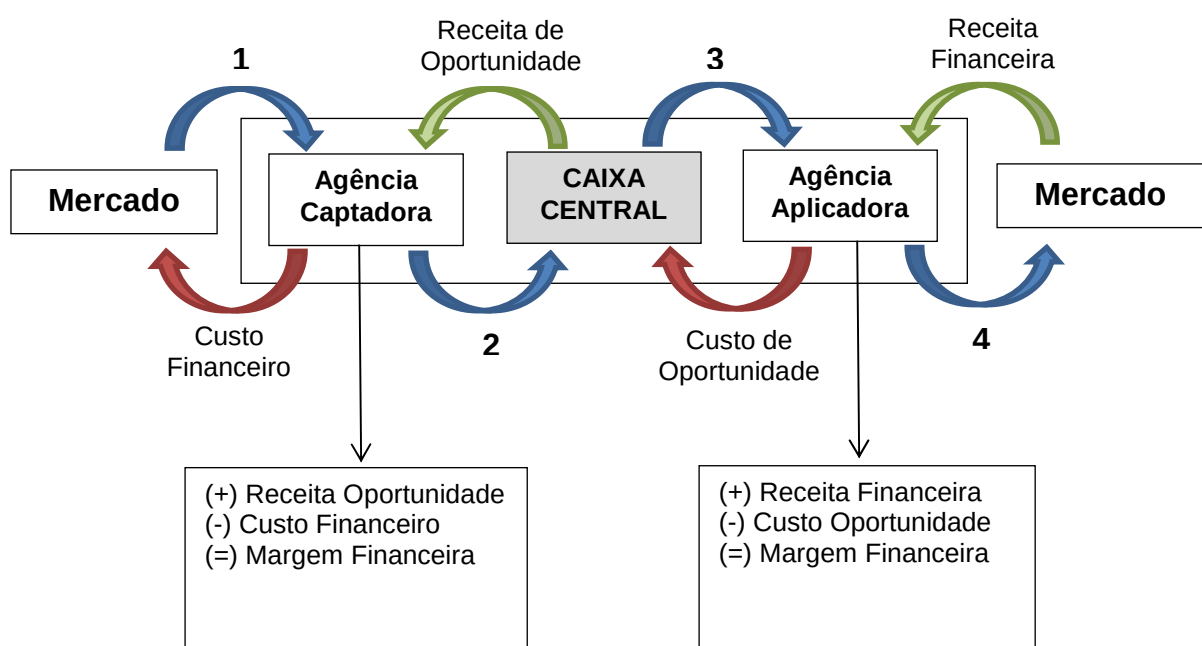


Figura 1. Esquematisação de receita x custo de oportunidade através da central de recursos.

Na agencia aplicadora, esta empresta recursos ao mercado (4) sendo remunerada com a receita financeira (juros e atualização monetária). Em contrapartida, empresta do caixa central (3) este recurso, pagando o custo de oportunidade de acordo com a origem do recurso utilizado.

A adoção deste modelo de compra e venda de todos os recursos financeiros (central de recursos) faz com que a agencia possa se concentrar em fazer os melhores negócios e não tenha que se preocupar com os riscos de descasamento de prazos e taxas, entre recursos aplicados e captados. Para a agência o importante é saber qual será a sua remuneração pelas transações realizadas de captação, aplicação e prestação de serviços.

2.4 INDICADORES DE RENTABILIDADE, LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO APLICÁVEIS AO SETOR FINANCEIRO

O que diferencia a atividade bancária dos outros tipos de negócio é a natureza dos fatores colocados a disposição das mesmas, ou seja, os recursos captados que são negociados sob a forma de créditos, empréstimos e investimentos. Como todo negócio, os bancos buscam maximizar suas riquezas levando em conta a relação risco-retorno.

A seguir algumas definições específicas a respeito da mensuração de resultados utilizados pela instituição financeira (CAIXA, 2010, p. 5):

[...] a margem financeira representa o resultado da intermediação financeira. É subdividido em Margem Financeira Bruta, que decorre diretamente das atividades de captação e aplicação de recursos, e Margem Financeira Líquida, que deduz da Margem Bruta o Custo do Risco de Crédito da aplicação. A margem operacional é o resultado da confrontação de todos os custos e receitas diretos necessários para a operação dos produtos, e que não estão envolvidos na intermediação financeira. Margem de contribuição dos produtos é o valor remanescente das receitas diretas após a dedução dos custos diretos de cada produto. Margem de contribuição das unidades é o somatório das Margens de Contribuição dos produtos comercializados pela unidade.

O resultado da unidade é mensurado através da subtração das despesas administrativas da margem de contribuição. A margem de contribuição é o resultado final do produto, equivalente ao somatório das receitas diretas menos o total dos

custos diretos acumulados em cada produto. Sendo a diferença entre as receitas e custo variável de um produto, indica sua parcela de contribuição para a cobertura dos custos fixos e a formação do resultado do banco. A avaliação do resultado de um produto é feita com base em sua margem de contribuição devendo se expandir os negócios com os produtos onde estas margens apresentam maiores resultados.

Ocorre, porém, restrições ao crescimento indefinido do volume de negócios. As restrições serão sempre de um ou dois tipo: mercado ou capacidade operacional. Para aumentar a demanda, reduzir preço é uma das alternativas e elevar a capacidade elimina os gargalos da estrutura.

A análise da contribuição demonstra a rentabilidade de cada um, possibilitando à instituição traçar estratégias de vendas, formular *mix* de produtos, estimular mais negócios com aqueles que lhe propiciem maior retorno. Por outro lado, podem ser envidados esforços no sentido de melhorar a contribuição de produtos que apresentem baixa margem, chegando a descontinuá-los.

No caso das aplicações, a margem de contribuição é apurada pela diferença entre as receitas obtidas do cliente (financeiras e tarifas) e o custo de oportunidade dos recursos utilizados, bem como os demais custos variáveis associados ao produto. Na captação, a margem é calculada a partir da diferença entre a receita de oportunidade dos recursos captados e os custos associados ao produto (custo financeiro pago ao cliente e custos variáveis). Relativamente aos serviços, a margem é obtida pela diferença entre a tarifa cobrada e os custos variáveis associados ao serviço.

Para a apuração dos resultados econômico-financeiros tanto dos produtos quanto das unidades, seguem abaixo as fórmulas utilizadas para a DRE da unidade estudada (CAIXA-CR017, 2010, p. 6):

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS

(+) Margem Financeira Líquida

(+) Margem Operacional

(-) Outros custos do Produto

(=) Margem de Contribuição

A margem de contribuição representa o resultado dos produtos, isto é, o resultado após se deduzirem das receitas os custos diretamente associados aos produtos. Considera inclusive o impacto de eventuais saldos inadimplentes (custos com provisões de risco de crédito).

MARGEM FINANCEIRA

- (+) Receitas Financeiras
- (-) Custos de Oportunidade
- (-) Custos Financeiros
- (+) Receitas de Oportunidade
- (=) Margem Financeira Bruta
- (-) Resultado de Risco de Crédito
- (=) Margem Financeira Líquida

A margem financeira representa o resultado primário da intermediação financeira, ou seja, decorrente das atividades de captações e aplicações de recursos, que é a atividade principal de uma instituição financeira.

Na fórmula acima podemos identificar as receitas financeiras como juros e atualização monetária sobre aplicações e encargos de mora, e receitas de oportunidade como o valor pago pelo caixa central único, decorrente da captação de recursos. Os custos financeiros são os custos com juros e atualização monetária sobre captações, e os custos de oportunidade o valor cobrado pelo caixa central único como decorrência da aplicação de recursos. Já o resultado de risco de crédito é o custo decorrente dos riscos da inadimplência.

MARGEM OPERACIONAL

- (+) Rendas sobre Prestação de Serviços
- (+ / -) Preço de Transferência de Produto
- (+) Outras Receitas Diretas
- (-) Canais de Comercialização
- (-) Outros Custos Diretos
- (-) Outros Custos do Produto
- (-) Custos Administrativos Identificados
- (=) Margem Operacional

A Margem Operacional representa os resultados secundários da intermediação financeira, ou seja, decorrente das atividades de captações e aplicações de recursos e da prestação de serviços.

A fórmula é composta por rendas sobre prestação de serviços que são as tarifas de serviços prestados a convenientes, a correntistas e ao governo, a taxas auferidas pela administração de fundos, programas governamentais e de fundos de investimentos financeiros. Os canais de comercialização são os custos decorrentes da terceirização do atendimento ao cliente. Já os custos administrativos identificados são as despesas indiretas com pessoal, tecnologia, infraestrutura etc., identificados pela metodologia ABC como custos pela prestação de serviço bancário conforme definição do BACEN. Esses valores estão adicionados no item custos administrativos – (+) Custos de serviços tarifados – anulando o efeito da redução de resultado direto.

CUSTOS ADMINISTRATIVOS

- (+) Receitas Indiretas
- (-) Outros Custos da Unidade
- (-) Custo de Pessoal
- (-) Outros Custos Administrativos
- (-) Outros Custos Indiretos
- (+ / -) Preço de Transferência de Serviços
- (=) Custos Administrativos

Custos Administrativos trazem o resultado da diferença entre os custos e receitas indiretas, ou seja, aqueles não associados diretamente a produtos e serviços. Pode-se dizer que são aquelas despesas que existem independentemente da execução da operação ou da prestação de serviço (custos fixos). O principal custo é com pessoal, que em algumas instituições financeiras pode chegar a aproximadamente 80% do total.

No item preço de transferência de serviços pode-se considera-lo negativo quando representar resultados no centro de custo de cliente de serviço, e positivo quando representar resultados em centro de custo fornecedor de serviço.

RESULTADO DA UNIDADE

- (+) Margem de Contribuição da Unidade
- (-) Custos Administrativos
- (-) Outros Custos da Unidade
- (=) Resultado da Unidade

O resultado da unidade é o somatório da margem de contribuição dos produtos, dos custos administrativos e de outros custos da unidade representando o resultado final, ou seja, o resultado tanto da estrutura quanto dos produtos e serviços da unidade.

Possibilita ainda analisar desempenhos entre unidades através de comparação dos valores realizados, como também avaliar analiticamente a formação do resultado econômico da agência, mostrando, por exemplo, qual a participação percentual das receitas de serviços sobre o resultado final, ou qual a relação entre margem financeira sobre custos administrativos.

Os índices básicos de rentabilidade adaptados à atividade bancária são centrados em quatro medidas financeiras, as quais estão descritas abaixo.

O Índice de Lucratividade é medido por meio do resultado da unidade dividido pelas receitas, incluindo receitas financeiras, receita de oportunidade, rendas sobre prestação de serviços, preço de transferência de produto e outras receitas diretas, e recuperação de perdas. Este índice representa o quanto das receitas auferidas pela unidade transformou-se em lucro. Segue abaixo a fórmula de cálculo do indicador de lucratividade:

$$\left[\frac{\text{Resultado da Unidade}}{\text{Receita Total}} \right] \times 100$$

Para o Índice da Produtividade, define-se como a margem de contribuição dos produtos comercializados pela unidade dividida pelos seus custos administrativos e preço de transferência de serviços. Este índice determina se o esforço operacional é suficiente para cobrir os custos fixos (despesas de estrutura). Para o cálculo do indicador de produtividade:

$$\left[\frac{\text{Margem de Contribuição dos Produtos}}{\text{Custos de Estrutura}} \right] \times 100$$

Em seguida o Índice de Eficiência Amplo, que relaciona as despesas administrativas e o preço de transferência de serviços com a margem de Contribuição dos produtos e receitas indiretas. Este indica se o consumo de recursos está adequado ao nível de resultado produzido.

O indicador de eficiência demonstra o índice na forma de percentual das despesas administrativas em relação ao resultado de produtos, serviços e receitas. Dessa forma, quanto menor o índice melhor será a situação da unidade. Abaixo a fórmula para cálculo:

$$\left[\frac{\text{Custo pessoal} + \text{Outros custos adm} + \text{Outros custos ind} - \text{PT Serviços}}{\text{Margem de contribuição dos produtos} + \text{Receitas indiretas}} \right] \times 100$$

Na mensuração das rendas de tarifas de prestação de serviço sobre despesas com pessoal define-se o Índice de Cobertura de Pessoal, o qual é representado pelo valor total das rendas sobre prestação de serviço dividido pelas despesas de pessoal. Este índice corresponde ao percentual de cobertura das despesas de pessoal pelas tarifas arrecadadas. Portanto, quanto maior for o índice de cobertura melhor será considerada a situação da unidade. Segue fórmula para cálculo do indicador de cobertura:

$$\left[\frac{\text{Rendas sobre prestação de serviços} + \text{Resultado PT Produto}}{\text{Custos de Pessoal}} \right] \times 100$$

Deve-se compará-las com o mesmo indicador apresentado em outras unidades ou de diferentes áreas da instituição financeira, ou até mesmo no mercado financeiro, pois os coeficientes de rentabilidade são de grande importância por mostrarem a remuneração do capital aplicado na atividade econômica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O presente trabalho segue o caminho de uma pesquisa quantitativa, justificando-se pela realização de um estudo de caso, no qual são desenvolvidos conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nas observações empíricas. Na abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como quantitativo.

Com base nos objetivos estabelecidos, o tipo desta pesquisa é descritiva. Segundo Gil (2004, p. 54): “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva à medida que é feita a coleta de dados e, posteriormente, expostas as características da análise do resultado operacional da instituição financeira, sem o compromisso de explicar o que está sendo estudado, mas apenas de descrever e interpretar os elementos obtidos.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a referida pesquisa é, primeiramente, documental. Este tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor.

“Pode-se dizer também que a pesquisa é um caso, o qual consiste num estudo de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 2004, p. 54).

Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente são analisados os componentes das demonstrações contábeis publicadas pela instituição financeira em questão referente ao período do primeiro trimestre de 2011. Coletados os dados é feita uma análise a fim de verificar se a separação dos custos e despesas em seus componentes fixos e variáveis e também das receitas pode ser feita, testando o questionamento central deste estudo descrito anteriormente. Concluídas estas etapas, é feita uma análise de lucratividade para a instituição financeira foco do estudo, demonstrando e analisando seus resultados, objetivando assim responder a questão central que norteia este trabalho.

Os dados são coletados nas páginas eletrônicas do ente público selecionado. Com base na estrutura do site, buscaram-se *links* para acesso às informações

contábeis, a fim de localizar as demonstrações financeiras disponibilizadas. Existe um sistema de custos e receitas com o objetivo de apoiar a gestão de resultados de produtos e serviços e buscar uma otimização do resultado global.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Descreve-se neste capítulo os procedimentos executados para a demonstração dos dados econômicos da instituição financeira estudada, juntamente com a interpretação dos resultados.

4.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados trazem a realidade de uma das unidades da instituição financeira pública estudada. Para a análise financeira realizada, tomaram-se as informações contidas nos demonstrativos financeiros ou contábeis da entidade, principalmente da demonstração do resultado do exercício (DRE). As ferramentas primárias para a análise financeira foram os índices de desempenho já explicitados no capítulo 2.

A análise através das demonstrações financeiras dedica-se a avaliar o desempenho passado, presente e projetado da empresa, seja comparativamente com padrões ou em uma análise de série temporal, no caso deste estudo, visando determinar suas tendências presentes e futuras. Apresenta-se um conjunto de índices comumente utilizados, discutindo-se os dados apresentados durante o período escolhido.

Conforme Schrickel (1999, p. 119): “Toda análise econômico-financeira e de crédito principia pela análise de balanços. É o método mais rápido, abrangente e eficiente para se vir a conhecer uma empresa”.

Quando se analisam demonstrações financeiras, a primeira tarefa é determinar qual informação se procura. Para isso, utiliza-se inicialmente uma demonstração dos custos e receitas da unidade no período de 2009 a 2011 e seus impactos no resultado da instituição financeira.

À administração da empresa não interessa apenas conhecer o resultado econômico, se positivo ou negativo, mas principalmente a natureza das receitas e despesas que contribuíram para esse resultado. Por isso foram definidos grupos de contas significativos para representar o resultado, porquanto a DRE será sintética,

não evidenciando particularidades desnecessárias. Assim, esta análise é realizada a partir das seguintes principais contas destacadas na Tabela 1 no caso de custos.

Tabela 1: Demonstrações dos custos da unidade.

CUSTOS	2009	AV%	AH%	2010	AV%	AH%	2011	AV%	AH%
REVERSAO PROVISAO RISCO	-371.644	-2,86%	100%	-941.956	-5,26%	253,46%	-1.028.099	-4,39%	276,64%
CUSTO FINANCEIRO DE DEPOSITO	4.689.552	36,10%	100%	5.403.317	30,17%	115,22%	7.148.292	30,49%	152,43%
CUSTO FIN OPER MERCADO ABERTO	7.684	0,06%	100%	85.564	0,48%	1113,56%	227.833	0,97%	2965,08%
CUSTO DIRETO - OUTROS	816.986	6,29%	100%	1.325.809	7,40%	162,28%	1.147.636	4,90%	140,47%
CUSTO PESSOAL CAIXA - PROVENTOS	1.905.453	14,67%	100%	2.400.192	13,40%	125,96%	3.174.862	13,54%	166,62%
PROVISAO P/ RISCO CREDITO	799.642	6,16%	100%	2.458.486	13,73%	307,45%	2.301.563	9,82%	287,82%
CUSTO SERVICO TERCEIRIZADO	244.702	1,88%	100%	298.590	1,67%	122,02%	338.446	1,44%	138,31%
CUSTO DE OPORTUNIDADE	3.202.588	24,65%	100%	4.240.239	23,67%	132,40%	6.762.605	28,85%	211,16%
CUSTO CANAL DE COMERCIALIZACAO	438.062	3,37%	100%	592.524	3,31%	135,26%	712.441	3,04%	162,63%
CUSTO DEPREC S/ AMORTIZACAO	169.598	1,31%	100%	315.599	1,76%	186,09%	232.165	0,99%	136,89%
PREJUIZO/DESCONT O-OPER CREDITO	11.982	0,09%	100%	3.162	0,02%	26,39%	159.271	0,68%	1329,20%
CUSTO PESSOAL CAIXA -BENEFICIOS	922.250	7,10%	100%	1.165.439	6,51%	126,37%	1.493.880	6,37%	161,98%
CUSTO INDIRETO - OUTROS	3.119	0,02%	100%	45.848	0,26%	1470,07%	3.117	0,01%	99,95%
CUSTO COM TRIBUTUO	4.442	0,03%	100%	5.708	0,03%	128,51%	14.777	0,06%	332,67%
OUTROS CUSTOS DO PRODUTO	142.093	1,09%	100%	512.732	2,86%	360,84%	752.361	3,21%	529,49%
TOTAL	12.990.076			17.911.254			23.441.152		

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que os custos financeiros de operação no mercado aberto, o qual mesmo representando menos de 1% dos custos em relação a cada ano, teve um crescimento de mais de 2.900% do ano de 2009 a 2011, o que indica um grande aumento na obtenção e aplicação dos investimentos financeiros para que sejam conseguidos os réditos indispensáveis para a estabilidade e progresso da unidade em relação ao mercado competitivo neste setor. As instituições públicas hoje, se

adaptam cada vez mais ao mercado para tornarem-se competitivas e expandir seus negócios.

Observa-se também que o item provisão para risco de crédito teve um grande salto de R\$800.000 para R\$2,5 milhões entre 2009 e 2010, principalmente devido ao crédito comercial para pessoa física, contrariando a tendência do mercado que em 2010 era de estabilidade na inadimplência do setor, ou até mesmo devido à adaptação da governança corporativa com a implantação de procedimentos relacionados às demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exigência prorrogada até 120 dias após o encerramento do exercício, conforme circular número 3516, de 03.12.2010.

O custo de oportunidade mostrou em todos os anos grande influência em relação aos outros custos embutidos na unidade. Isto significa que a unidade tornou-se aplicadora de recursos no mercado, sendo imbuída de pagar os custos ao caixa central. Contudo, a metodologia utilizada pela instituição financeira baseia-se a partir da premissa de que o custo de oportunidade aplica-se somente para o cliente, ou seja, a alternativa econômica por ele desprezada para aquisição do serviço, normalmente, tem por referência o mercado.

Ainda, pelo fato de a Taxa Selic representar o retorno médio de títulos públicos, esses ativos tornam-se atrativos para os bancos devido ao alto retorno monetário, elevada liquidez, e baixa variação dos valores de mercado, as operações de crédito dos bancos passam a ter um custo de oportunidade considerável, representado pela remuneração daqueles ativos. Além de configurar uma aplicação cuja rentabilidade se mostra atrativa, a alocação de recursos em títulos públicos, afirma Paula (2003, p. 3).

No Gráfico 1 tem-se um comparativo dos custos em relação ao período analisado, sendo o ano de 2009 representado na cor azul, 2010 na cor vermelha e 2011 na cor verde.

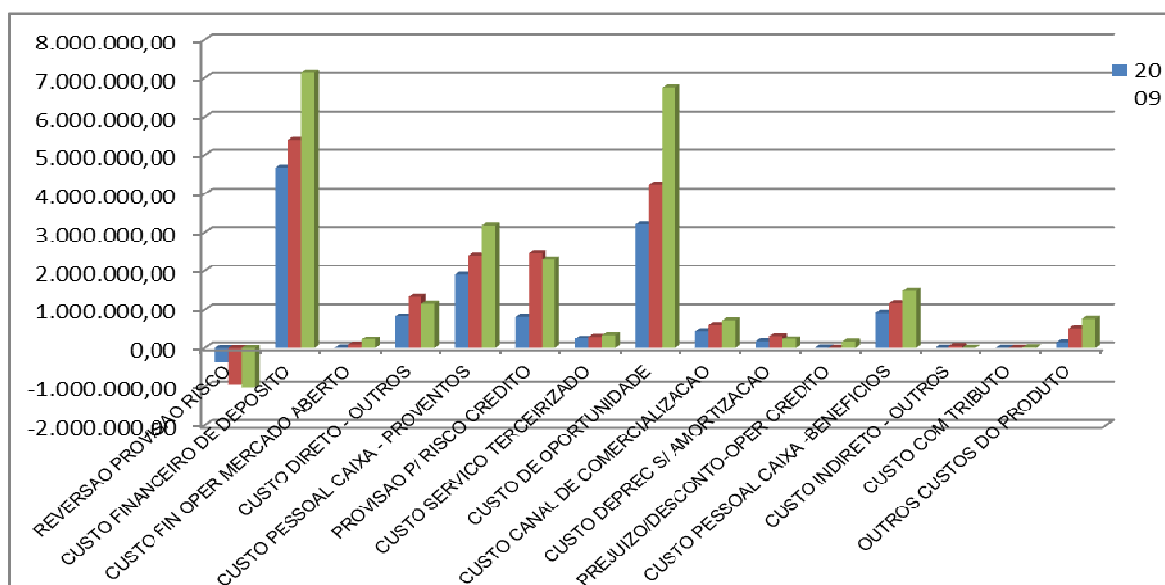


Gráfico 1. Comparativo da evolução dos custos no período.

Tem-se ainda, como em todos os tipos de empresas (comerciais, industriais ou de serviços), a incidência significativa do custo de pessoal. Sendo uma despesa administrativa relacionada à estrutura da unidade, é necessária conforme o volume de atividades, porém o melhor passo seria tornar estas atividades cada vez mais eficientes e eficazes através da gestão de pessoas.

Observa-se também que, apesar do custo financeiro de depósitos representar mais de 30% dos custos em todos os anos, assegura-se que devido a uma política de pulverização da captação de recursos, a qual privilegia pequenos e médios correntistas e poupadores, ao invés de investidores institucionais, houve redução deste item no que representa os custos entre 2009 e 2011, causando benefícios inclusive para a diversificação das fontes de financiamento (estratégia adequada às necessidades de recursos para concessão de novos empréstimos).

Os serviços financeiros oferecidos pelos bancos são gerenciados de maneira a minimizar seus custos e expandir o volume de suas aplicações e, conseqüentemente, de suas receitas. Dessa forma os bancos controlam seus custos de captação e administrativos de forma a se capacitarem a oferecer dinheiro a seus clientes a preços (taxas) mais atraentes. Suas aplicações, por outro lado, são efetuadas visando apurar o mais alto retorno possível da intermediação. Em se tratando das receitas da unidade, observam-se na Tabela 2 as incidências principais em relação ao resultado da unidade.

Tabela 2. Demonstrações das receitas da unidade.

RECEITAS	2009	AV%	AH%	2010	AV%	AH%	2011	AV%	AH%
RECEITA FIN CRED COMERCIAL	3.756.088	20,78%	100,00%	4.479.446	20,00%	119,26%	5.606.673	19,58%	149,27%
RECEITA FIN CRED IMOBILIARIO	2.827.900	15,64%	100,00%	4.848.000	21,64%	171,43%	7.186.910	25,10%	254,14%
RENTA PR SERV-FDOS, PROG E LOT	91.166	0,50%	100,00%	208.326	0,93%	228,51%	232.592	0,81%	255,13%
RENTA PR SERV-TRANSF BENEFICIO	22.030	0,12%	100,00%	21.774	0,10%	98,84%	21.598	0,08%	98,04%
RENTA PR SERV - BANCARIOS	187	0,00%	100,00%	3.406	0,02%	1826,16%	11.451	0,04%	6140,14%
RENTA ADM FUNDO INVESTIMENTO	265.432	1,47%	100,00%	247.863	1,11%	93,38%	255.074	0,89%	96,10%
RECEITA DIRETA - OUTRAS	311.440	1,72%	100,00%	373.668	1,67%	119,98%	448.358	1,57%	143,96%
RECEITA DE OPORTUNIDADE	8.186.355	45,29%	100,00%	9.186.911	41,01%	112,22%	11.503.271	40,17%	140,52%
RENTA PREST SERV - TAC - ISS	155.905	0,86%	100,00%	200.797	0,90%	128,79%	171.070	0,60%	109,73%
RENTA PS FDOS, PROG E LOT-ISS	95.071	0,53%	100,00%	203.916	0,91%	214,49%	246.454	0,86%	259,23%
RENTA PS-TRANSF BENEFICIO-ISS	192.090	1,06%	100,00%	304.511	1,36%	158,53%	304.667	1,06%	158,61%
RENTA PR SERV - BANCARIOS-ISS	1.380.130	7,64%	100,00%	1.366.516	6,10%	99,01%	1.327.053	4,63%	96,15%
TARIFAS BANCARIAS PF – ISS	677.034	3,75%	100,00%	808.082	3,61%	119,36%	960.847	3,36%	141,92%
TARIFAS BANCARIAS PJ - ISS	94.037	0,52%	100,00%	105.231	0,47%	111,90%	119.104	0,42%	126,66%
TOTAL	18.075.480			22.399.528			28.634.898		

Fonte: Elaborado pela autora.

As receitas financeiras com crédito comercial são, e sempre serão um dos principais focos dos bancos comerciais, por se tratar de um negócio alavancador do crescimento econômico, e um caminho para o aumento da renda *per capita*.

Os efeitos da crise internacional em 2008 repercutiram na economia brasileira a partir do final deste mesmo ano, paralisando inclusive o mercado de crédito. Entretanto, em 2009 houve uma retomada do processo de crescimento, com elevação de mais de 15% no saldo das operações de crédito do SFN, segundo

dados do Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2009 divulgado pelo Banco Central, e acentuadamente em 2010 com aumento de 20,6%. Destaca-se ainda a grande participação e estabilidade das instituições financeiras públicas para a retomada do crédito do SFN que passaram para 41,9% em 2010.

Confirma-se esta tendência quando se analisa os dados do quadro acima onde teve um crescimento considerável neste mercado (mais de 1 milhão por ano), sendo uma das principais contas a incorporarem o quadro de receitas da empresa.

Este crescimento vale também para o item receita financeira do crédito imobiliário, o qual obteve um crescimento exponencial se compararmos o resultado do ano 2009 com 2011 passando de R\$2,8 milhões para mais de R\$7 milhões, um aumento de 254%, acompanhando o crescimento deste mercado.

O maior destaque do quadro comparativo de receitas esta na renda de prestação de serviços bancários, que apesar de representar menos de 1% das rendas no ano, teve um crescimento de 6.140% no período de 2009 a 2011. O que indica um grande avanço na abrangência deste segmento de produtos e convênios oferecidos pelos bancos.

A estratégia comercial das instituições financeiras para a comercialização através de canais diferenciados nos últimos tempos priorizou ações mercadológicas que visam à ampliação deste item para o aumento da participação na competitividade do mercado. Isso se consegue verificar no item renda de prestação de serviços nos correspondentes bancários, a qual teve um crescimento de quase 260% de 2009 a 2011, confirmando a importância deste setor dos serviços.

Para um melhor entendimento, no Gráfico 2 apresenta-se o grau de incidência de cada item que compõe a carteira de receitas de uma instituição financeira pública.

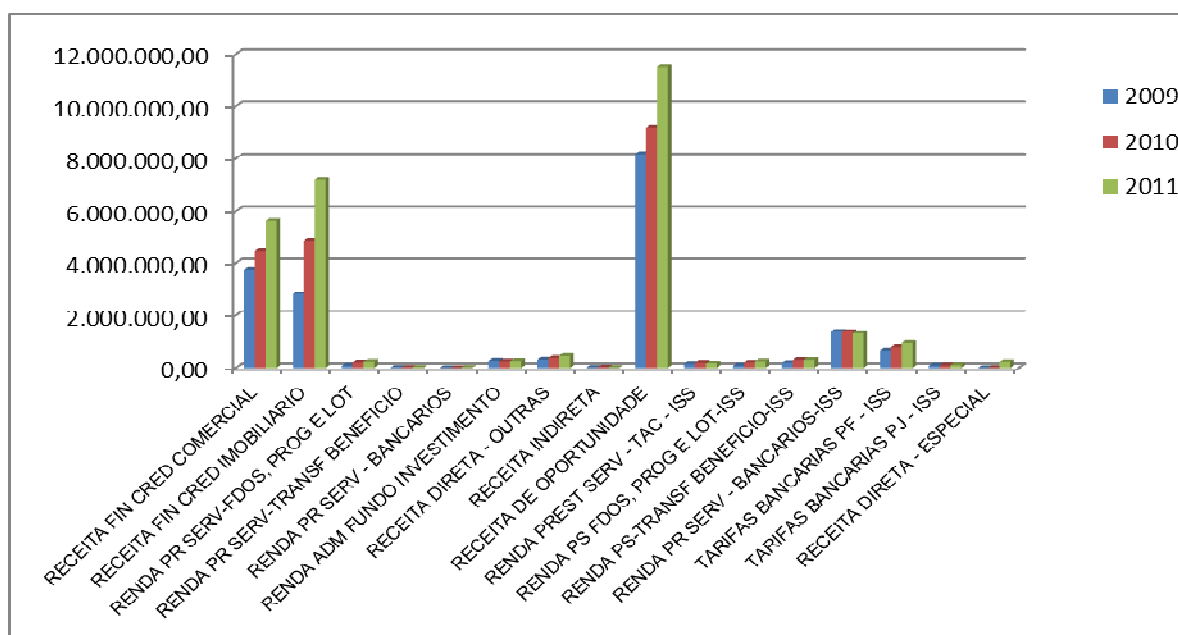


Gráfico 2. Comparativo da evolução das receitas no período.

Assim como o custo de oportunidade, a receita de oportunidade também representa o principal componente do segmento de receitas anualmente, compondo acima de 40% de representação no período analisado. Isto, principalmente, devido ao resultado do crescimento do crédito imobiliário no país, o qual manteve a tendência de expansão nos últimos anos, possibilitando às agências de captar os recursos no mercado (como a poupança, por exemplo), repassar os recursos ao Caixa Central e ser remunerada com a receita de oportunidade.

Conforme Gráfico 3, observamos a evolução da receita de oportunidade em contrapartida com o custo de oportunidade desde 2005, onde mostra que mesmo com a crise financeira em 2008, onde se observa uma retração deste crescimento, o mercado de crédito manteve um índice de expansão principalmente no que diz respeito ao crédito habitacional para pessoa física e crédito com recursos do BNDES para pessoa jurídica, segundo dados do Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2010, publicado pelo Banco Central.

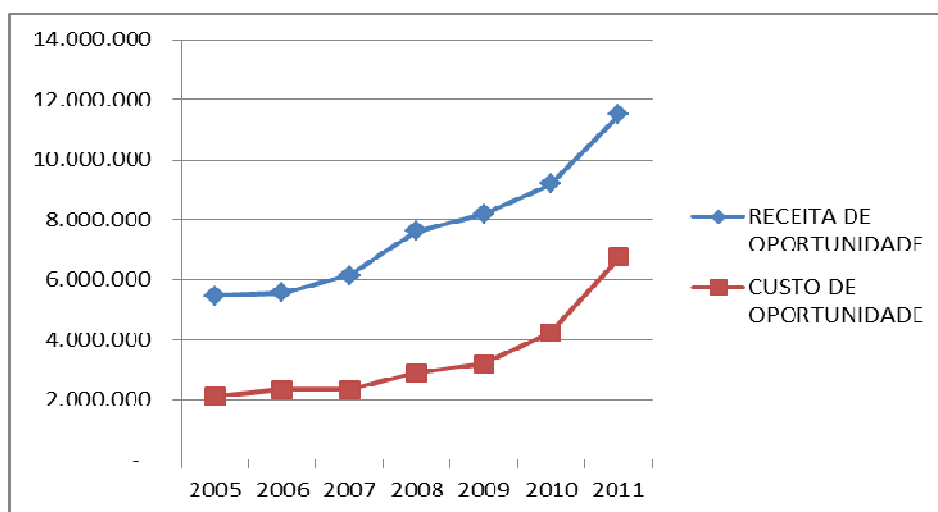


Gráfico 3. Evolução das receitas *versus* custos de oportunidade.

Conclui-se que, a média de crescimento no início dos períodos apresentados era de um pouco mais que 10% ao ano, tanto nas receitas quanto nos custos de oportunidade, e que os três últimos anos foram de grande expansão para os negócios nas instituições financeiras, com médias de 15% ao ano para as receitas e 30% ao ano para os custos de oportunidades, vistas ao crescimento do mercado no que diz respeito ao crédito, e políticas de incentivos do governo para a evolução do segmento.

E para concluir o assunto, os gráficos de dispersão abaixo comparam melhor a influencia dos custos e receitas da unidade de janeiro a dezembro para o ano de 2009, 2010 e 2011.

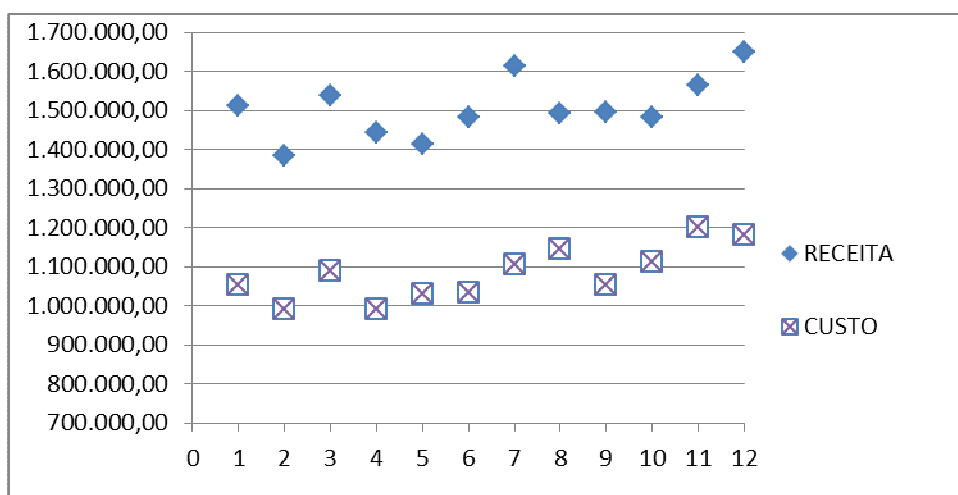


Gráfico 4. Relação custo *versus* receita do ano de 2009.

No Gráfico 4 que representa o ano de 2009, temos uma estabilidade na evolução dos custos e receitas, mais devido a gradual recuperação do mercado devido a crise de 2008. Os custos acompanharam as receitas mais no que condizia a manutenção do segmento no mercado do que uma evolução em si, totalizando 12,9 milhões em custos e 18 milhões em receitas.

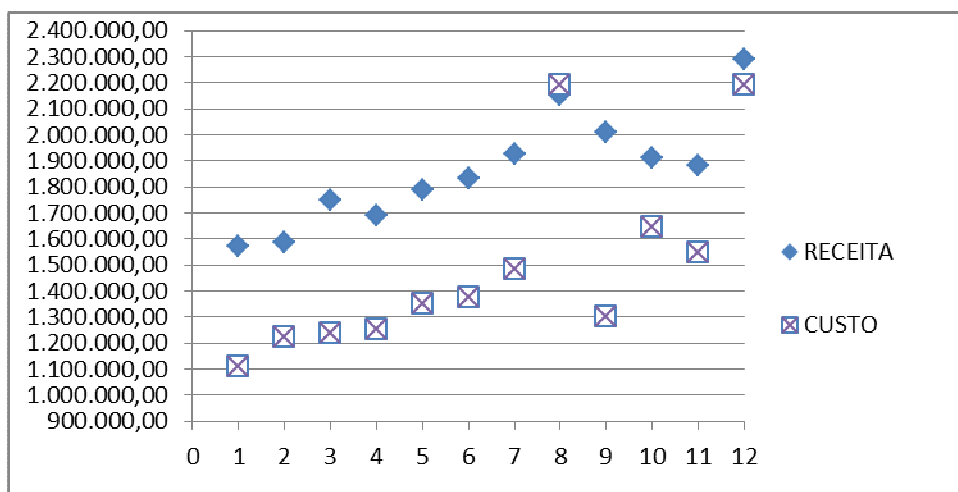


Gráfico 5. Relação custo *versus* receita do ano de 2010.

No Gráfico 5, onde mostra o ano de 2010, com a diminuição da inadimplência condicionada pela evolução positiva do emprego e renda, segundo dados do Bacen, a dispersão e evolução das receitas começam a aumentar acompanhadas dos custos, mas com certa instabilidade nos meses de julho e dezembro.

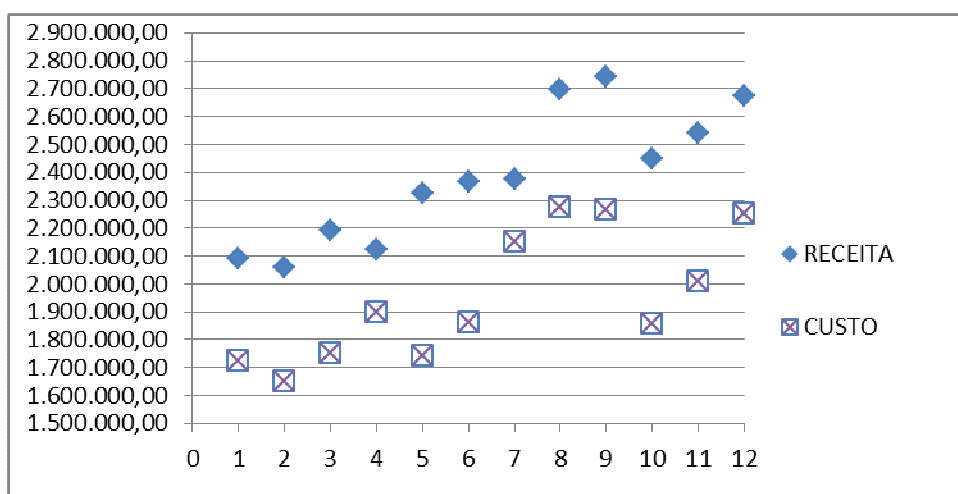


Gráfico 6. Relação custo *versus* receita do ano de 2011.

E finalmente, no ano de 2011, Gráfico 6, observa-se uma maior movimentação entre custos e receitas, devido ao aproveitamento das oportunidades de mercado como aplicações e prestação de serviços, acompanhados da redução do *spread* bancário com descontos nas operações de crédito.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Utiliza-se a DRE para uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento de suas atividades durante um determinado período, mediante confronto entre receitas e os correspondentes custos e despesas.

A instituição financeira estudada apresentou o comportamento operacional apresentado no Demonstrativo de Resultado do Exercício durante os anos de 2009 a 2011, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Demonstrativo do resultado do exercício.

DRE da unidade	2009	AV%	AH%	2010	AV%	AH%	2011	AV%	AH%
(+) Receita Financeira Aplicações	6.584.094	44,58%	100%	9.327.448	50,38%	141,67%	12.793.583	52,66%	194,31%
(+) Receitas de Oportunidade	8.186.355	55,42%	100%	9.186.911	49,62%	112,22%	11.503.271	47,34%	140,52%
RECEITA BRUTA	14.770.449	100%	100%	18.514.359	100%	125,35%	24.296.854	100%	164,50%
(-) Custos de Oportunidade	3.202.588	21,68%	100%	4.240.239	22,90%	132,40%	6.762.605	27,83%	211,16%
(-) Custos Financeiros Captações	4.700.804	31,83%	100%	5.488.881	29,65%	116,76%	7.376.124	30,36%	156,91%
(=) Total dos custos oportunidade e financeiros	7.903.392	53,51%	100%	9.729.120	52,55%	123,10%	14.138.729	58,19%	178,89%
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	6.867.057	46,49%	100%	8.785.239	47,45%	127,93%	10.158.125	41,81%	147,93%
(-) Resultado Risco Crédito	427.998	2,90%	100%	1.112.580	6,01%	259,95%	1.269.256	5,22%	296,56%
MARGEM FINANCEIRA LIQUIDA	6.439.059	43,59%	100%	7.672.659	41,44%	119,16%	8.888.869	36,58%	138,05%
(+) Rendas sobre Prestação Serviços	2.972.976	20,13%	100%	3.470.422	18,74%	116,73%	3.649.911	15,02%	122,77%

(+) Preço de Transferência Produto	119.950	0,81%	100%	109.104	0,59%	90,96%	92.899	0,38%	77,45%
(+) Outras Receitas Diretas	315.154	2,13%	100%	391.751	2,12%	124,30%	676.181	2,78%	214,56%
(-) Canais de Comercialização	438.062	2,97%	100%	592.524	3,20%	135,26%	712.441	2,93%	162,63%
(-) Outros Custos Diretos	828.968	5,61%	100%	1.732.921	9,36%	209,05%	1.311.116	5,40%	158,16%
(-) Outros Custos do Produto	131.954	0,89%	100%	219.061	1,18%	166,01%	252.856	1,04%	191,62%
(=) MARGEM OPERACIONAL	1.769.196	11,98%	100%	1.208.561	6,53%	68,31%	1.956.780	8,05%	110,60%
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	8.208.255	55,57%	100%	8.881.221	47,97%	108,20%	10.845.648	44,64%	132,13%
(+) Receitas Indiretas	16.901	0,11%	100%	22.998	0,12%	136,07%	11.951	0,05%	70,71%
(-) Custo de Pessoal	2.535.787	17,17%	100%	3.171.903	17,13%	125,09%	3.895.742	16,03%	153,63%
(-) Outros Custos Administrativos	706.216	4,78%	100%	1.007.917	5,44%	142,72%	1.350.956	5,56%	191,30%
(-) Outros Custos Indiretos	7.561	0,05%	100%	51.556	0,28%	681,90%	10.550	0,04%	139,54%
(+) Preço de Transferência Serviços	291.733	1,98%	100%	317.848	1,72%	108,95%	559.834	2,30%	191,90%
(-) Outros Custos da Unidade	10.139	0,07%	100%	293.671	1,59%	2896,42%	499.505	2,06%	4926,52%
(=) CUSTOS ADMINISTRATIVOS	3.534.534	23,93%	100%	4.819.898	26,03%	136,37%	6.304.635	25,95%	178,37%
RESULTADO DA UNIDADE	4.673.722	31,64%	100%	4.061.323	21,94%	86,90%	4.541.013	18,69%	97,16%

Fonte: Elaborado pela autora. Dados do sistema corporativo CAIXA – SICRS.

Nota-se que todas as receitas e despesas constantes nessa demonstração sofreram aumento em seus valores absolutos, o que indica progresso da empresa. E nota-se também, que os coeficientes da análise vertical não mantiveram a mesma porcentagem, havendo os que sofreram diminuição, como é o caso da margem financeira líquida.

Somando-se as receitas financeiras com aplicações e receitas de oportunidade, e diminuindo os custos de oportunidade e custos financeiros de captações temos o resultado da margem financeira bruta. O ano de 2011 apresentou uma margem financeira bruta maior que os outros anos, o que indica um menor custo das vendas. Desta margem diminui-se o resultado do risco de crédito, que são os custos decorrentes do risco da inadimplência, e obtém-se a margem financeira líquida da unidade, também chamada de margem de lucro, a qual até o momento

teve um resultado crescente no período. O desempenho da instituição financeira mostrou eficiência entre despesas e vendas ao longo dos anos analisados. Todavia, pela análise vertical verifica-se que o percentual da margem líquida em relação à receita bruta diminuiu, de 43,59% em 2009 para 36,58% em 2011.

Como resultado secundário da intermediação financeira, a margem operacional teve um resultado mais favorável no ano de 2011 com o aumento das rendas sobre prestação de serviços e outras receitas diretas, mas também devido à redução do resultado negativo do preço de transferência de produtos (valor cobrado de bens e serviços entre as unidades da mesma instituição financeira), o que indica que a unidade tornou-se mais independente. Já em 2010, com relação ao ano de 2009, a margem operacional teve redução devido ao aumento de mais de 200% no item outros custos diretos.

Com a evolução do processo de avaliação e gerenciamento do risco de crédito no Brasil, as instituições financeiras optaram por métodos mais quantitativos como suporte às decisões de concessão de crédito. Isto se observa no item resultado de risco de crédito do Quadro 3 que cresceu mais de 250% desde o ano de 2009, influenciado pela evolução e qualidade da carteira, níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, como pelo ambiente macroeconômico, taxas de juros entre outros.

O Gráfico 7 mostra a influência da margem operacional e margem financeira líquida no resultado da margem de contribuição dos produtos.

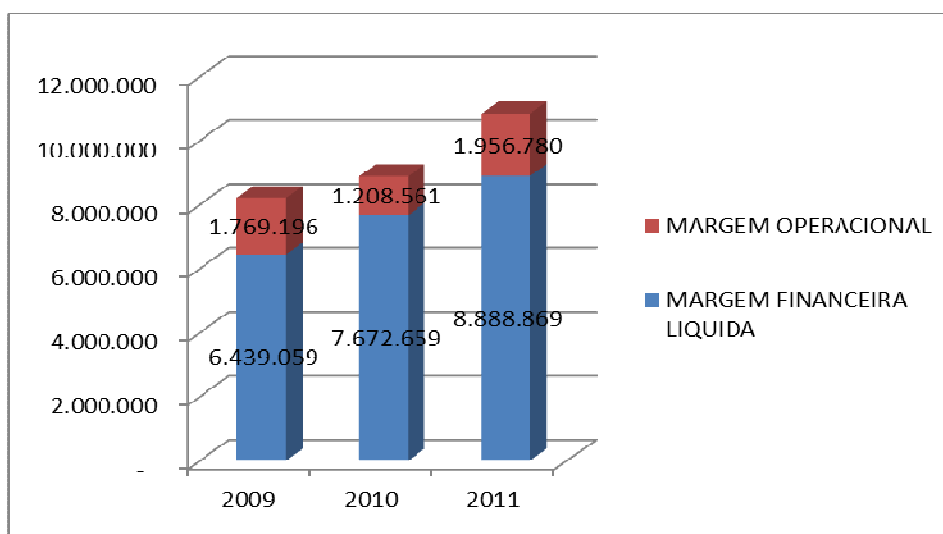


Gráfico 7. Demonstrativo da margem de contribuição dos produtos.

Verifica-se no Gráfico 7 que apesar da diminuição do resultado da margem operacional a margem de contribuição teve resultado progressivo durante os três anos analisados, contudo ainda demonstra uma redução no percentual de participação nos demonstrativos de resultados dos exercícios, de 55,57% em 2009 para 44,64% em 2011, acompanhando as tendências dos resultados da margem financeira e operacional.

Para entender melhor a influência e distribuição de alguns produtos e serviços da instituição financeira na margem de contribuição, agruparam-se os itens em: (a) contas e depósitos, (b) investimentos, (c) arrecadações, (d) empréstimos, (e) serviços, (f) produtos, e (g) financiamentos, demonstrados nos Gráficos 8, 9 e 10.

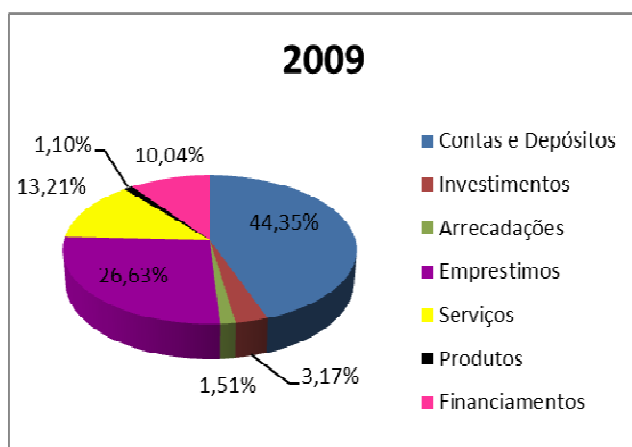


Gráfico 8. Margem de contribuição em 2009.

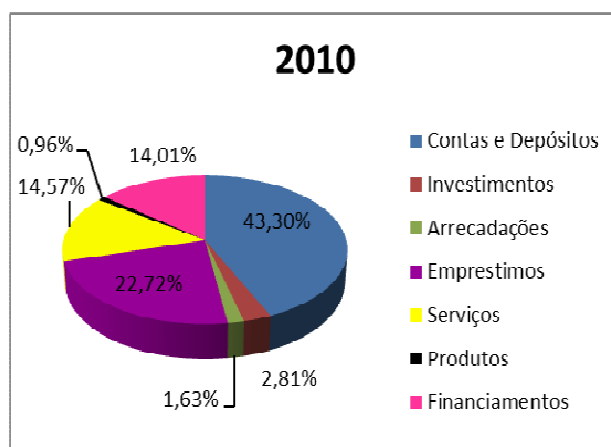


Gráfico 9. Margem de contribuição em 2010.

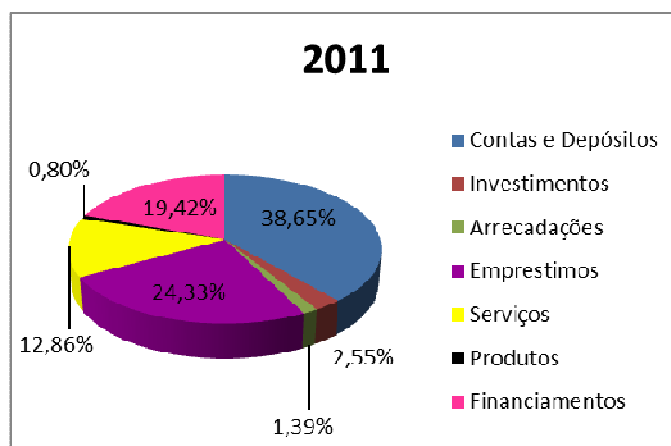


Gráfico 10. Margem de contribuição em 2011.

Percebe-se que os financiamentos, principalmente o imobiliário segundo dados do Banco Central, vêm crescendo ao longo dos anos, sendo considerado um

dos itens de maior visão para as instituições financeiras que querem maior abrangência no mercado. As contas e depósitos que eram responsáveis por um pouco mais de 44% do resultado da margem de contribuição dos produtos, reduziu para pouco mais de 38%. Os empréstimos tiveram uma recuperação em relação ao resultado na margem, influenciados pela estabilidade de renda e emprego e redução da inadimplência, consequentemente redução da taxa de juros.

No quesito investimentos, a instituição financeira pública teve um leve crescimento em relação ao volume de negócios, que passaram de R\$260.303,00 em 2009 para R\$250.185 em 2010, chegando a R\$276.719,00 em 2011, mas no que concerne a margem de contribuição não teve resultado expressivo.

O item serviços continua sendo um dos diferenciais das instituições financeiras que procuram se adequar às necessidades de seus clientes cada vez mais. Apesar dos índices na margem de contribuição apresentar uma redução quanto a sua representação, os valores alcançados foram progressivos, de R\$1.083.953,36 em 2009 para R\$1.394.915,17 em 2011, mostrando um avanço no mercado.

Os custos administrativos da instituição financeira tiveram um resultado crescente influenciados principalmente pelo custo de pessoal que, com uma representatividade de 17% em relação à receita bruta, tem forte impacto no resultado da unidade, e também pelo item outros custos da unidade, o qual teve um crescimento de quase 5.000% de 2009 a 2011 e que deve ser averiguado atentamente quanto ao seu resultado. Mas apesar dos custos administrativos aumentarem consideravelmente, acompanharam as receitas e apresentaram certa estabilidade quanto à evolução do período, resultando num percentual de 23 a 26% em relação à receita bruta de cada ano demonstrado.

Por fim, o resultado da unidade mostrou que apesar da receita bruta apresentar uma grande evolução nos períodos, verifica-se a influência dos custos administrativos obtidos, que no caso de 2010 representou o maior percentual 26,03%, 36% maior que o apresentado no ano anterior. Percebe-se também que o resultado da unidade teve uma redução em comparação ao ano de 2009 e 2011, que mesmo com um aumento de 64% na receita bruta, teve um aumento de 78% nos custos administrativos, diminuindo o resultado final que engloba estrutura, produtos e serviços.

Em relação aos índices de rentabilidade, lucratividade e desempenho utilizados pela instituição financeira pública estudada para mensuração de seus resultados, têm-se os valores calculados na Tabela 4.

Tabela 4. Indicadores de rentabilidade, lucratividade e desempenho.

Índices	2009	2010	2011
Índice de Lucratividade	31,64%	21,94%	18,69%
Índice de Produtividade	214,52%	172,86%	158,00%
Índice de Eficiência	42,96%	50,51%	53,48%
Índice de Cobertura	112,51%	105,97%	91,31%

Fonte: Elaborado pela autora.

O índice de lucratividade da unidade mostrou um comportamento decrescente durante o período analisado, chegando a 18,69% em 2011 contra 31,64% em 2009, mesmo com o crescimento da receita o índice mostra um resultado inverso ao esperado, influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos.

No índice de produtividade o ano de 2011 apresentou o pior índice, 158%, contra 214% em 2009 e 172% em 2010, determinando que o esforço operacional fosse menos efetivo que em 2009 e 2010 para cobrir os custos fixos, em destaque para os custos administrativos, da instituição financeira.

Para o índice de eficiência amplo verifica-se mais uma vez que o ano de 2009 obteve o melhor resultado, 42,96%, sendo que este índice relaciona as despesas administrativas com o resultado dos produtos, serviços e receitas, ou seja, o menor índice indica o melhor resultado. Os anos de 2010 e 2011, 50,51% e 53,48% respectivamente, mostram que o consumo de recursos não está adequado ao nível de resultado produzido na agência bancária.

No índice de cobertura observa-se que o ano de 2011 destacou-se negativamente quanto ao seu resultado, 91,31% de cobertura dos custos de pessoal através da arrecadação das tarifas bancárias obtidas pela unidade, ou seja, não foram suficientes para cobrir os gastos. O ano de 2009 foi definitivamente o mais eficaz, com 112,51%.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões do estudo e recomendações para futuras pesquisas.

5.1 CONCLUSÕES

O objetivo desta monografia consistiu em analisar o desenvolvimento do resultado operacional de uma das unidades da instituição financeira pública estudada durante o período de 2009 a 2011. Para se alcançar tal objetivo foram realizadas coletas dos dados do demonstrativo de resultado do exercício da instituição dentro do próprio sistema corporativo, o SICRS – Sistema de Custos, Receitas e Resultados, focando principalmente nos dados dos custos e receitas. Em seguida foram realizados os cálculos dos indicadores de rentabilidade, lucratividade e desempenho propostos e utilizados para a gestão da própria entidade.

Ao se analisar os custos incidentes na instituição financeira estudada verificou-se o exponencial crescimento nos custos financeiros com operações no mercado aberto, consequência das aplicações em investimentos financeiros, influenciando também os custos de oportunidade, mostrando a entidade como aplicadora de recursos. Além disso, percebeu-se que a agência está diversificando suas fontes de financiamento pulverizando as captações de recursos no mercado, o que se torna essencial para a concessão de empréstimos. Entretanto, o custo de pessoal mostrou uma incidência significativa nas despesas administrativas devido a grande estrutura da unidade.

Analisando-se as receitas da instituição, destacaram-se as receitas com crédito comercial e crédito imobiliário, os quais mostraram ser os grandes alavancadores do crescimento econômico na retomada progressiva deste segmento nos anos de 2009, 2010 e 2011, quando as instituições financeiras públicas tiveram um maior índice de participação neste segmento. O crédito imobiliário possibilitou também o aumento na receita de oportunidade, que com os repasses dos recursos captados na poupança pôde ser remunerada pelo caixa central, além de ser

beneficiado com as políticas de incentivo do governo para a evolução deste mercado. Contudo, o maior destaque nas receitas da unidade foi a renda de prestação de serviços bancários, onde demonstrou que a instituição está ganhando mercado, principalmente devido aos investimentos nas prestações de serviços nos correspondentes bancários e lotéricos.

Pode-se observar que as receitas e despesas tiveram aumento em seus valores absolutos, o que mostra progresso na empresa, assim as margens financeiras brutas e líquidas mostraram eficiência no desempenho da instituição financeira quando analisadas as vendas e despesas ao longo do período. Entretanto, a margem líquida em relação à receita bruta diminuiu indicando que os custos estão progredindo em um percentual maior que as receitas. Verificou-se que a margem operacional foi influenciada significativamente pelos custos diretos, item que deve ser dado bastante atenção pelos gestores da empresa.

A margem de contribuição dos produtos apresentou um grande crescimento entre 2009 e 2011 dando destaque para os itens de financiamentos, empréstimos, investimentos e serviços que alavancaram o resultado da margem.

É de se acrescentar ainda que os custos administrativos, os quais tiveram resultados influenciados principalmente pelo custo de pessoal e outros custos da unidade (item a ser averiguado também pelos gestores), apresentaram estabilidade quanto à evolução da receita ao longo dos anos.

Apesar do resultado positivo e progressivo da unidade na DRE conclui-se que os custos administrativos estão crescendo num percentual bem maior que as receitas brutas, diminuindo o lucro final da instituição.

Os índices calculados demonstraram a real situação da agência bancária, com uma tendência não muita promissora. O índice de lucratividade mostrou uma queda em seu resultado mostrando que a capacidade da empresa de gerar lucro através das receitas auferidas está decaindo. Para o índice de produtividade verifica-se que a instituição financeira está diminuindo sua eficácia na cobertura das despesas de estrutura da unidade através dos resultados operacionais, e a cada ano redução este percentual, mostrando uma deficiência na gestão. Assim como indica também o índice de eficiência amplo onde mostrou que as despesas administrativas estão crescendo numa margem superior ao resultado dos produtos, serviços e receitas da unidade. E em relação ao resultado do índice de cobertura, como já

mostraram as tendências dos outros índices, este resultado demonstrou que a instituição não conseguiu cobrir os custos de pessoal no ano de 2011 por meio de das arrecadações das tarifas bancárias, o que mostra um déficit de atenção dos gestores neste importante indicador do desempenho da unidade.

Verificou-se que esta unidade da instituição financeira pública estudada não está com boas perspectivas quanto ao seu desempenho bancário, necessitando dar maior atenção aos seus itens de custos e receitas para ter um resultado eficaz no futuro. Todavia, a análise de demonstrativos econômico-financeiros é apenas uma parte de um conjunto de ponderações relacionadas ao resultado operacional e comportamental de uma empresa. Contudo é uma parte importante, pois permite lidar com questões quantitativas objetivamente verificáveis através dos números, cifras e fatos. Através da análise dos demonstrativos, tornou-se possível certificar-se acerca de quão bem-sucedida ou não tem sido a administração da empresa na condução de seus negócios ao longo do tempo.

A posição atual e as perspectivas dos bancos comerciais são de ampliação das oportunidades de negócios e, também, do risco, por isso tornam-se essenciais às avaliações mais profundas e o entendimento a respeito dos custos do dinheiro para o banco e de sua capacidade de expansão no contexto de maiores oportunidades e riscos.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Considerando que os índices propostos para os cálculos de rentabilidade, lucratividade e desempenho deste trabalho são limitados aos próprios índices utilizados pelos gestores das agências da instituição financeira pública estudada, sendo estes mais simplificados, recomenda-se utilizar também o Balanço Patrimonial para uma análise mais completa do desempenho da instituição. Os indicadores econômico-financeiros recomendados estão listados abaixo:

- Indicadores de Desempenho Operacional: (a) Margem Financeira dos Ativos, (b) Custo Médio de Captação, (c) Retorno Médio das Operações de Crédito, (d) Lucratividade dos Ativos (e) Juros Passivos;

- Indicadores de Desempenho das Receitas Financeiras: (a) Evolução das Receitas Financeiras, (b) Evolução do Lucro Líquido, e os utilizados neste trabalho como, (c) Margem Financeira das Receitas, (d) Margem Líquida, (e) Índice de Eficiência; e
- Indicadores de Rentabilidade, Lucratividade e Spread: (a) Retorno Médio sobre o Patrimônio Líquido (ROE), (b) Retorno Médio sobre o Ativo Total, (c) Giro do Patrimônio Líquido, (d) Spread Total, (e) Taxa de Reinvestimento do Lucro, (f) Índice de Retenção do Lucro.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, K. Revolução nos serviços: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os seus clientes. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Economia Bancária e Crédito 2010. Disponível em: <http://www.bc.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>. Acesso em: 10 de Julho de 2012.

BLATT, Adriano. Análise de Balanços – Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Demonstrações financeiras. Disponível em: www.caixa.gov.br/. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

CARVALHO, Silvio Aparecido de. Desenvolvimento de novas técnicas para a gestão bancária no Brasil. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1993.

COLLI, José Alexandre, FONTANA, Marino. Contabilidade Bancária. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FRANCO, Hilário. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICHEL, Wolfgang Kurt. Demonstrações Financeiras – Abrindo a caixa-preta. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PAULA, L. F. R. Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não convencional. Projeto de estudos da Moeda e Sistemas Financeiros. IE/UFRJ. Publicado na Revista Brasileira de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 323-356, jul/set 1999.

SANTOS, José Luiz dos et al. Teoria da contabilidade: introdutória, intermediária e avançada. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SIMÕES, Natália Silveira. Análise Custo-Volume-Lucro em uma Instituição Financeira: Um estudo de caso no Banco Nossa Caixa S.A. Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: www.ffclrp.usp.br/dfm/tccman/2007/Simoes_NS.pdf. Acesso em: 17 de Outubro de 2011.